



**TERMO DE CONTRATO N.º 25 /2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E A EMPRESA HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À SUÍTE DE FERRAMENTAS INFORMÁTICA POWERCENTER.**

**CONTRATANTE:** A União, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, com sede no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 04, Lote 01, em Brasília – DF, CEP: 70.042-900, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 00.414.607/0001-18, neste ato representado pelo Senhor Secretário-Geral de Administração, **CARLOS ROBERTO CAIXETA**, de acordo com a delegação de competência contida na alínea "h" do inciso II do art. 1º da Portaria-TCU n.º 1, de 2 de janeiro de 2017.

**CONTRATADA:** **HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 11.168.199/0001-88, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 1.012, Pavimento 8, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.071-002, representada pelo seu Diretor Presidente, Senhor **MARIO SERGIO RACHID SÁ REGO**, portador da Cédula de Identidade n.º 083697227 SSP/RJ e CPF (MF) n.º 019.549.847-07, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no TC n.º 010.766/2017-0 (Pregão Eletrônico 33/2017), mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente contrato tem como objeto a prestação dos serviços de suporte técnico especializado à suíte de ferramentas Informática Powercenter, compreendendo o conjunto de softwares licenciados pelo TCU que integram a solução de tecnologia da informação para extração, transformação, carga, integração, redução, mascaramento, gerenciamento de testes e análise de qualidade de dados, em regime de empreitada por preço unitário, conforme os Anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

1. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 949.563,00 (novecentos e quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta e três reais), conforme tabela a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Secretaria-Geral de Administração  
Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio – Selip  
Diretoria de Gestão Contratual – Dicad  
Serviço de Elaboração de Contratos – SEC

Descrição	Unidade	Quantidade máxima estimada	Valor unitário (R\$)
Serviço de suporte técnico especializado à suite Informática Powercenter	Hora-homem	4.800	197,82

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A despesa orçamentária da execução deste contrato, no corrente exercício, no valor de R\$ 316.512,00 (trezentos e dezesseis mil e quinhentos e doze reais) correrá à conta da Nota de Empenho n.º 001001, de 23/08/2017 (*estimativo*).
2. A despesa para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Tribunal de Contas da União, pela Lei Orçamentária Anual.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado de 1/9/2017 a 31/8/2018.
2. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante apostilamento, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
  - 2.1. Prestação regular dos serviços;
  - 2.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
  - 2.3. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
  - 2.4. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração;
  - e
  - 2.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

### CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA TÉCNICA

1. Todos os produtos entregues pela contratada devem ser garantidos pelo período de 180 dias corridos, contados a partir da data de aceite da ordem de serviço.
  - 1.1. Eventuais defeitos constatados nos produtos durante a vigência da garantia deverão ser corrigidos pela CONTRATADA sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.
2. Aplicam-se às atividades executadas por força da garantia todos os níveis de serviço especificados para o serviço de suporte técnico especializado.

## CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data que a CONTRATADA recebeu a sua via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia de R\$ 47.478,15 (quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quinze centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato, com vigência entre 1/9/2017 e 31/8/2018, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

1.1.1. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do Tribunal de Contas da União.

1.2. seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço”; ou

1.3. fiança bancária, observado o modelo do Anexo IX do Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2017.

2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

3.1. O bloqueio efetuado com base no item 3 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

3.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 3 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

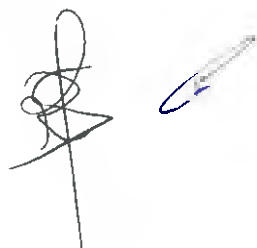
## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

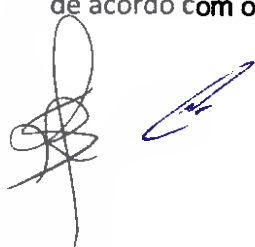
2. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2017, deve:

2.1. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

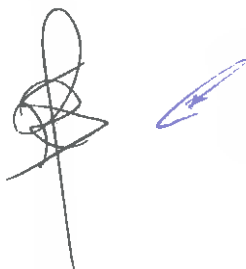
2.2. respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;



- 2.3. realizar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, reunião de início do contrato (kick-off) para apresentação da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços;
  - 2.3.1. Nesta reunião, além de se apresentar, no mínimo, dois profissionais para atendimento ao contrato, deve ser entregue a respectiva documentação comprobatória de certificação e experiência, bem como termos de confidencialidade assinados.
- 2.4. formalizar termo de responsabilidade com as normas de segurança, com o uso de recursos de tecnologia e com a confidencialidade das informações da CONTRATANTE que a CONTRATADA e seus colaboradores vierem a tomar conhecimento em razão do contrato (Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2017);
- 2.5. assegurar disponibilidade de profissionais, devidamente qualificados e certificados, para serem alocados à prestação de serviços previstos nas ordens de serviço firmadas;
- 2.6. manter os profissionais devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE;
- 2.7. devolver os crachás de acesso fornecidos aos profissionais da CONTRATADA;
  - 2.7.1. No caso de eventual extravio ou dano, a CONTRATADA deverá ressarcir a CONTRATANTE.
- 2.8. administrar todo e qualquer assunto relativo aos profissionais alocados na execução dos serviços;
- 2.9. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos profissionais da CONTRATADA acidentados ou acometidos de mal súbito;
- 2.10. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, dado que os seus profissionais não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 2.11. assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus profissionais durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
- 2.12. assumir a responsabilidade por todos os encargos de eventual demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 2.13. responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus profissionais durante a execução dos serviços;
- 2.14. planejar, desenvolver, implantar, executar e manter os serviços objeto do contrato de acordo com os níveis de serviço estabelecidos nas especificações técnicas;



- 2.15. assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
  - 2.16. reportar, imediatamente, à CONTRATANTE qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CONTRATANTE;
  - 2.17. comunicar, imediatamente, à CONTRATANTE a demissão ou o desligamento de profissional que esteja alocado à prestação de serviços, para que seja providenciada a revogação dos acessos que esse funcionário tenha aos recursos computacionais do Tribunal;
  - 2.18. guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a CONTRATANTE;
  - 2.19. obedecer rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI da CONTRATANTE;
  - 2.20. solicitar aos profissionais alocados na execução dos serviços a assinatura de termo de ciência e de responsabilidade com as normas de segurança, com o uso de recursos de tecnologia e com a confidencialidade das informações, de acordo com modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE (Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2017);
  - 2.21. dar conhecimento de todos os profissionais que venham a prestar serviço nas dependências da CONTRATANTE a Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI/TCU) e demais normas disponibilizadas pela CONTRATANTE, bem como zelar pela observância delas;
  - 2.22. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos e incorreções;
  - 2.23. encaminhar à unidade fiscalizadora as notas fiscais/faturas dos serviços prestados.
3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 3.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
  - 3.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
  - 3.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.
4. A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2017, deve:
- 4.1. expedir a ordem de serviço;
  - 4.2. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato.





5. A CONTRATADA e os profissionais alocados na execução dos serviços transferem à CONTRATANTE, de forma incondicional, todos os direitos referentes à propriedade intelectual sobre os documentos produzidos no âmbito deste contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

1. O recebimento dos serviços será realizado nos termos do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2017.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) titular da Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação – Setic ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

2. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

3. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

1. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

1.1. Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.





2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
  - 2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
  - 2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 1 desta cláusula.
4. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
  - 1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 33/2017, constante do processo TC - 010.766/2017-0, bem como à proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

1. A medição e o pagamento dos serviços serão realizados nos termos do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2017, combinado com as condições a seguir.
2. A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento das notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços recebidos, acompanhadas dos relatórios de prestação de serviços e respectivas OS, bem como dos termos de recebimento assinados comprobatórios, referentes ao mês anterior.
3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.



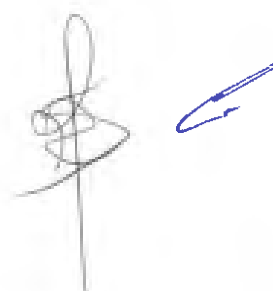
4. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.
5. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
6. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
  - 6.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
  - 1.1. apresentar documentação falsa;
  - 1.2. fraudar a execução do contrato;
  - 1.3. comportar-se de modo inidôneo;
  - 1.4. cometer fraude fiscal; ou
  - 1.5. fizer declaração falsa.
2. Para os fins do item 1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "4", "5", com as seguintes penalidades:
  - 3.1. advertência;
  - 3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Contas da União (TCU), por prazo não superior a dois anos;



- 3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
  - 3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
4. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, caracterizada pela:
- 4.1. não apresentação inicial ou a indisponibilidade por período superior a 60 (sessenta) dias de equipe na quantidade e com a qualificação e certificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 33/2017 para execução de ordem de serviço demandada pela CONTRATANTE;
  - 4.2. entrega reiterada de resultado de ordem de serviço firmada em desacordo com os requisitos especificados ou com nível de qualidade aquém do definido.
5. A inexecução parcial do objeto pode ensejar a rescisão contratual, o cancelamento do saldo de empenho e aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre a parte não entregue ou não executada, caracterizada pelo:
- 5.1. descumprimento de nível mínimo de serviço contratado para os serviços de suporte técnico especializado que implique desconto acima do limite estabelecido;
  - 5.2. atraso não justificado de mais de 60 (sessenta) dias corridos para conclusão e entrega de resultados de ordem de serviço firmada.
6. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 6.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
  - 6.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
  - 6.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
  - 6.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Secretaria-Geral de Administração  
Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio - Selip  
Diretoria de Gestão Contratual - Dicap  
Serviço de Elaboração de Contratos - SEC

7. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Brasília - DF, 29 de AGOSTO de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**CARLOS ROBERTO CAIXETA**

Secretário-Geral de Administração

HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.

**MARIO SERGIO RACHID SÁ REGO**

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME: Suzana Pantoja da Rocha

CPF: 227.724.642-53  
1.679.861-SSP/DF

RG:

NOME:

CPF:

RG:

SAN FERNANDO DE BOGOTÁ  
CNPJ 06.922.211-23  
RUA 150217-SSP/DF